

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 25.595 - RJ (2019/0357284-8)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
IMPETRANTE : **RAFAEL VALLADAO**
ADVOGADOS : **WALLACE MARTINS - RJ121422**
: **CRISTIANE DE ALMEIDA LEMOS - RJ220464**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

DECISÃO

Cuida-se de mandado de segurança, com pedido de liminar, impetrado por **Rafael Valladão**, que aponta, como ato coator, o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, cuja cópia, às fls. 19/45, apresenta a seguinte ementa:

Mandado de segurança. Writ visando à nulidade do ato de demissão. Sanção imposta em razão do abandono do cargo. Faltas por mais de 10 dias consecutivos. Alegação de justa causa. Impossibilidade da valoração desse elemento normativo em mandado de segurança. Judiciário não pode interferir em decisões de caráter técnico disciplinar. Precedentes do STF. Razoabilidade. Descabimento. Sanção de natureza vinculada à falta praticada. Possibilidade. Entendimento pacífico da Corte de Uniformização quanto ao seu cabimento. Incidência do art. 52, inciso V e § 1º do Decreto-Lei Estadual 220. Ausência de ilegalidade capaz de invalidar o processo disciplinar. Impossibilidade de o Judiciário se imiscuir no mérito administrativo. Segurança denegada, por maioria de votos. (fl. 19).

Na peça vestibular, insurge-se contra a decisão da Corte Fluminense, argumentando que *"resta claro e evidente que o impetrante não teve vontade direta de abandonar o cargo, eis que somente se ausentou das suas funções por estar sofrendo ameaças de morte"* (fl. 15).

Requer a concessão de *"tutela de urgência"* (fl. 16) para que seja, desde logo, *"reintegrado ao cargo e função que ocupava, bem assim o pagamento de seus salários até o julgamento final do presente recurso"* (fls. 17/18).

Custas recolhidas (fl. 46).

Representação regular (fl. 161).

É O RELATÓRIO. PASSO À FUNDAMENTAÇÃO.

A competência originária do Superior Tribunal de Justiça para julgar mandados de segurança é claramente fixada pelo **art. 105, inciso I, alínea "b", da Constituição Federal**, nos seguintes termos:

Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

I - processar e julgar, originariamente:

[...]

b) os mandados de segurança e os habeas data contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal;

Para além destas hipóteses constitucionalmente previstas – norma, ressalte-se, de interpretação restritiva –, é esta Corte Superior absolutamente incompetente para conhecer das ações que eventualmente lhe sejam apresentadas se, como é agora o caso, a autoridade impetrada não foi relacionada no permissivo constitucional.

Essa é, por sinal, a razão que levou esta Corte a enunciar o preceito contido no verbete 41 de sua Súmula, redigido nos seguintes termos:

Súmula 41/STJ: *"O Superior Tribunal de Justiça não tem competência para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança contra atos de outros tribunais ou dos respectivos órgãos".*

A propósito:

MANDADO DE SEGURANÇA. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA E ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. MANIFESTA INCOMPETÊNCIA DO STJ. SÚMULA 41/STJ. ATO JUDICIAL. INEXISTÊNCIA DE MANIFESTA

TERATOLOGIA OU ABSURDO. PREVISÃO DE RECURSO CABÍVEL. SÚMULA 267/STF. INDEFERIMENTO LIMINAR DO WRIT.

1. A parte impetrante aponta como atos coatores decisões judiciais de Juiz, Desembargadores e Ministros, ou seja, vários atos e várias autoridades, não cabendo neste Mandado de Segurança a análise de todos. A uma, "O Superior Tribunal de Justiça não tem competência para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança contra ato de outros tribunais ou dos respectivos órgãos" (Súmula n.º 41 do STJ). A duas, "descabida a impetração do mandado de segurança contra ato jurisdicional dos órgãos fracionários ou de relator desta Corte Superior. Deveras, o artigo 11, IV, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, que estabelece a competência da Corte Especial para julgar os mandados de segurança contra ato do próprio Tribunal, conforme preceitua o artigo 105, inciso I, "b", da Constituição Federal, não se refere a atos judiciais, mas, sim, aos de ordem administrativas" (AgRg no MS 21.063/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, CORTE ESPECIAL, julgado em 05/11/2014, DJe 17/11/2014).

2. No presente caso, considera-se ato coator decisão judicial proferida em processo em que se buscava anular contrato de compra e venda. Ocorre que é descabida a impetração do mandado de segurança contra o referido ato jurisdicional, pois o ajuizamento de mandado de segurança contra decisão judicial pressupõe a inexistência de recurso cabível contra tal ato, bem como que ele seja manifestamente teratológico ou absurdo, o que não ocorreu no presente caso.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no MS 21.368/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, CORTE ESPECIAL, DJe 19/12/2014)

MANDADO DE SEGURANÇA. AGRAVO INTERNO. ART. 105, I, "B", DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. DECISÃO DE DESEMBARGADOR RELATOR DE TRIBUNAL REGIONAL. AUTORIDADE NÃO ELENCADE NO ROL TAXATIVO. SÚMULA N. 41/STJ.

1. O art. 105, I, "b", da CF restringe a competência desta Corte Superior para processar e julgar, originariamente, os mandados de segurança contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal.

2. O agravante indica como ato coator decisão proferida por desembargador relator de agravo de instrumento no âmbito do TRF-2, o que revela a incompetência desta Corte Superior.

Superior Tribunal de Justiça

Incidência da Súmula 41/STJ.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no MS 22.588/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, Primeira Seção, DJe 01/12/2016)

Assim, incide sobre a espécie, para além da aludida Súmula, o disposto nos artigos 6º, § 5º, da Lei n. 12.016/2009 e 485, IV, do CPC, impondo-se a denegação da segurança, sem resolução de mérito.

Caberá ao impetrante, querendo, socorrer-se da faculdade que lhe é assegurada pelo art. 19 da Lei n. 12.016/2009 para buscar, por ação própria e na instância competente, o direito que julgar ter.

ANTE O EXPOSTO, com fundamento na Súmula 41/STJ e nos artigos 6º, § 5º, da Lei n. 12.016/2009 e 34, XIX, do RISTJ, **denego a segurança, sem resolução do mérito**, prejudicado o pedido de liminar.

Custas pelo impetrante já recolhidas (fls. 46).

Sem condenação em honorários, em conformidade com o disposto no art. 25 da Lei n. 12.016/2009 e Súmula 105 do STJ.

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator